

Empresas têm situação melhor

» ROSANA HESSEL

O endividamento das empresas é crescente, mas ainda não está em um nível preocupante quanto o das famílias, conforme dados do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe). Levantamento da entidade revela que o impacto da pandemia foi diferenciado entre os setores e as empresas do mesmo setor.

“Muitas empresas de menor porte fecharam, porque tiveram dificuldades sérias. Outras, conseguiram acessar as linhas de financiamento do governo disponíveis durante a pandemia”, destaca Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. Ele lembra que a realidade das empresas de capital aberto é diferente, pois essas firmas estão com menos dificuldade de acesso a crédito, por enquanto, e apresentam resultados contábeis bastante positivos. Um dos principais motivos é que elas conseguiram repassar os preços devido ao choque de oferta e ampliaram a margem de lucro. Além disso, reduziram os custos operacionais, principalmente, o da mão de obra, que está achatada devido ao desemprego elevado. “Muitas empresas estão em situação melhor do que as famílias”, destaca.

Atualmente, existem 400 companhias de capital aberto e dois terços delas são consideradas grandes, com mais de R\$ 300 milhões de faturamento anual, de acordo com Rocca. Ele destaca que essas empresas têm condições mais favoráveis de acesso ao financiamento corporativos, como debêntures e recursos externos, e, por conta disso, “têm mostrado resultados surpreendentes, com aumento de margem de lucro bruto no ano, o melhor desempenho desde 2009”.

“A geração de caixa por unidade de venda também é a maior de todo o período”, diz Rocca. Segundo ele, a renegociação de dívidas durante a pandemia contribuiu para conter o aumento da inadimplência. “Foram mais de R\$ 1 trilhão renegociados para os próximos seis a 12 meses e também houve um alargamento de prazos no fim de 2020”, complementa.

O analista reconhece, no entanto, que os dados financeiros dessas empresas do terceiro trimestre deste ano estão vindo abaixo das expectativas, em alguns casos. “Ao que tudo indica, pelos primeiros balanços, os resultados não estão sendo tão bons como na primeira metade do ano”, destaca.

Aceleração de preços

O especialista lembra que os salários atuais foram reajustados em torno de 4% a 5%, abaixo dos índices de preços do ano passado. Mas, a partir de 2022, apesar de o desemprego ainda permanecer elevado, haverá pressões para um reajuste nos patamares da inflação deste ano, que já está acima de dois dígitos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que encerrou 2020 com alta de 4,52%, já acumula alta de 10,67% nos 12 meses encerrados em outubro.

“Essa aceleração dos preços das commodities e do câmbio chegou no IPCA e existe um crescimento dos custos que também é transmitido para a mão de obra. E essa margem, que ajudou nos lucros surpreendentes do primeiro semestre, vai começar a encolher”, alerta o coordenador do Cempe. Segundo ele, ainda que, com a taxa básica de juros (Selic), assim como a inflação, voltando para os dois dígitos no ano que vem, os custos de financiamento das empresas também vão aumentar. “Quando a Selic estava em 2%, os custos do crédito caíram fortemente, e, agora, com o Banco Central acelerando a alta dos juros, a tendência é que as despesas financeiras das empresas também aumentem e isso começa a ser visto nos resultados do terceiro trimestre”, acrescenta.

Como as perspectivas são de continuidade do aumento da restrição e da taxa de juros, as projeções do mercado para a economia pioraram e, atualmente, estão abaixo de 1%. “Não podemos descartar os riscos de nenhum crescimento ou de recessão”, afirma Rocca. Grandes bancos, como Itaú Unibanco e Credit Suisse, passaram a prever queda de 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. A MB Associados estima zero de crescimento, mas não descarta PIB negativo em 2022.

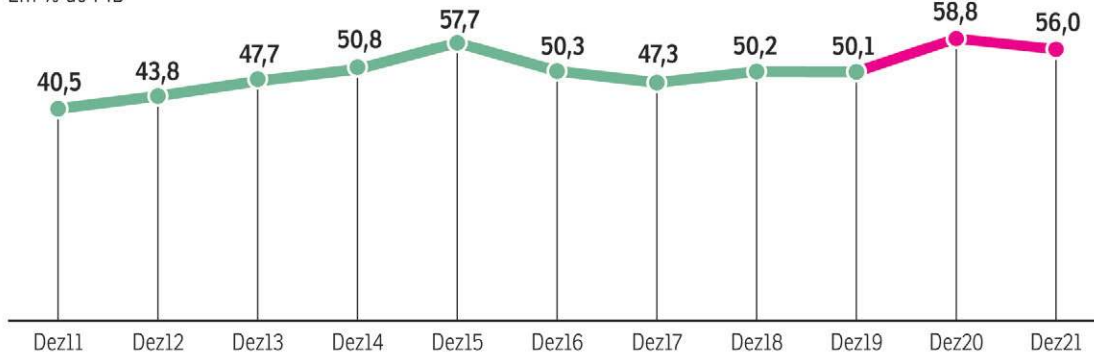
Impactos da pandemia

Levantamento do Cemec-Fipe mostra o impacto da Covid-19 na saúde financeira das empresas de capital aberto



Evolução da dívida bruta das empresas*

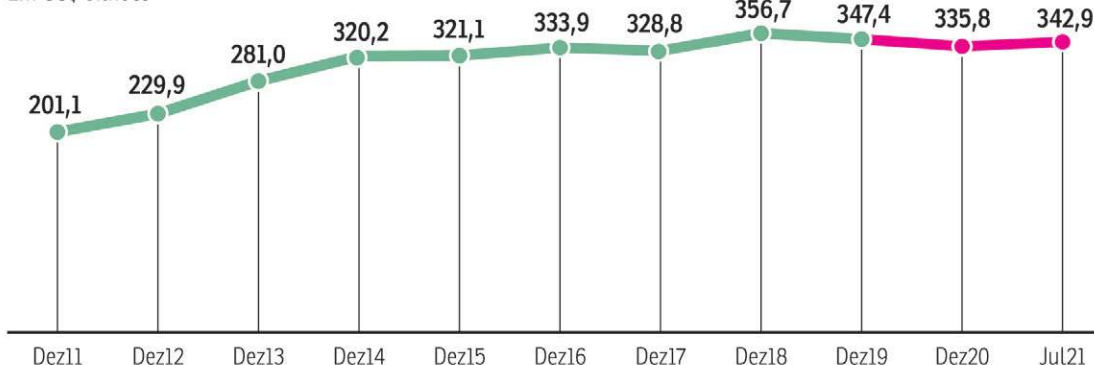
Em % do PIB



*total - incluindo títulos, crédito bancário, crédito direcionado, debêntures, dívida no mercado internacional em bonds e em empréstimos

Dívida externa das empresas brasileiras

Em US\$ bilhões



Evolução da margem de lucro bruto

Em % da receita operacional



Fonte: Cemec-Fipe

Inadimplência segue baixa

A taxa de inadimplência no país ainda está baixa, principalmente, por conta das negociações de dívidas promovidas pelos agentes financeiros, de acordo com especialistas. Eles alertam que, como há chances de nova recessão no ano que vem, o desemprego continuará elevado, e, portanto, a tendência é de redução na oferta de crédito e de aumento do custo dos financiamentos com a perspectiva de volta de crescimento dos calotes.

“Se o desemprego aumentar, a inadimplência voltará a subir”, alerta Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), destaca que, por enquanto, não há pressões para “a elevação sistemática da inadimplência”, tanto da pessoa física quanto da jurídica. “Os indicadores estão estáveis. Não vejo ainda pressões significativas sobre a inadimplência. Esses feitores de renegociação de dívidas têm sido importantes”, complementa.

Leve alta

Conforme dados do Banco Central, em setembro, a inadimplência das pessoas físicas voltou a crescer após três meses de estabilidade, passando de 2,9% para 3%. Enquanto isso, a taxa de empresas atrasando os compromissos recuou para 1,4% depois de manter-se em 1,5% entre maio e agosto.

Na avaliação de Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe, apesar de as taxas de inadimplência estarem baixas, devido à piora da conjuntura econômica, a tendência é que essa inadimplência volte crescer”. Ele lembra que, com juros de 10% ao ano, uma dívida dobra a cada sete anos, mas esse prazo vai encurtar com a tendência de juros cada vez maiores no mercado.

Aliás, levantamento da Serasa Experian mostra números preocupantes. Em setembro, havia 5,8 milhões de empresas inadimplentes, das quais 5,3 milhões são de micro e pequeno porte. No setor de serviços, que foi o mais atingido pela pandemia, está a parcela mais expressiva dentre os negativados: 51,7% do total, o maior índice da série histórica iniciada em 2018. (RH)

CONTAS PÚBLICAS

Desoneração da folha no radar

» ISRAEL MEDEIROS

Após a difícil aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, a PEC23/2021, na última semana, a bola da vez na Câmara dos Deputados será a prorrogação da desoneração da folha de pagamento em segundo turno dessa PEC, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) já sinalizava que esse seria seu próximo foco — algo que foi confirmado por parlamentares.

Até então, o que se tinha, ao menos publicamente, era um posicionamento contrário por parte da equipe econômica com relação a essa prorrogação. O projeto que tramita na Câmara (PL 2541/21) prevê que os 17 setores atualmente contemplados continuem pagando menos sobre a folha de pagamento até 2026. Entre os segmentos beneficiados, destacam-se comunicações, construção civil, couro, calçados, call centers, indústria têxtil, fabricação de veículos, proteína animal, máquinas e equipamentos, tecnologia da informação, transporte rodoviário coletivo e de cargas e transporte metroferroviário de passageiros.

Para o governo, manter a desoneração significava abrir mão de cerca de R\$ 8 bilhões em arrecadação no ano que vem. Deputados, então, articularam com o governo e o convenceram de que esse montante não compensaria as perdas do governo com uma possível onda de demissões no próximo ano, de acordo com o

deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara e autor do projeto de lei. Apesar de a matéria ter ficado “parada” nas últimas semanas, houve diálogo permanente, garante o parlamentar.

“Com o avanço da PEC dos Precatórios e o diálogo político que nós tivemos, o próprio Lira reverberou em algumas oportunidades que a PEC dos Precatórios ajudaria a abrir o espaço fiscal para a aprovação da desoneração”, afirma Efraim Filho.

O projeto, que está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deverá ser votado na próxima quarta-feira (17) e tem parecer favorável do relator, deputado Marcelo Freitas (PSL-RJ). Segundo Efraim Filho, a votação desta semana pode ser feita de forma a levar o tema diretamente ao Senado após a aprovação na CCJ ou aprovar um requerimento de urgência para que o tema vá ao Plenário da Casa, já que há uma corrida contra o tempo. “Eu estou, hoje, mais animado do que nunca para a aprovação dessa matéria na Câmara e também, rapidamente, no Senado antes do fim do ano”, afirma Efraim Filho.

Mesmo que a aprovação do projeto não esteja garantida, a desoneração para o próximo

Minervino Junior/CB/D.A Press



Eu estou, hoje, mais animado do que nunca para a aprovação dessa matéria na Câmara e também, rapidamente, no Senado antes do fim do ano”

Efraim Filho, deputado federal (DEM-PB)

ano está. Na última semana, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, em mais de uma oportunidade, que o governo federal vai prorrogar por mais dois anos a desoneração da folha de pagamento. A prorrogação foi um pedido dos deputados que articulam a favor da proposta ao governo.

Proposta fraca

Apesar de ser considerada necessária por aqueles que defendem a competitividade da indústria, a proposta é fraca do ponto de vista de soluções permanentes, na avaliação do deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP), presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. Ele conta que, durante as conversas

pela aprovação da PEC dos Precatórios — que ele votou contra — houve conversas sobre o uso de parte do espaço fiscal liberado pela proposta para custear a desoneração.

Fonteyne diz ser a favor de desonerar todos os setores da economia, mas reconhece que não há espaço fiscal para isso. Diante disso, o mínimo que deve ser feito, segundo ele, é desonerar aqueles que geram mais empregos. No entanto, ele avalia que os empresários precisam de soluções mais concretas, que resolvam as dificuldades de geração de empregos em nível estrutural.

“Precisamos resolver o problema de tributação na contratação. Não faz sentido ficar pagando imposto sobre contratação de empregados. Hoje há um

desestímulo à formalização. Estamos com uma massa enorme de pessoas que nem procuram mais empregos. Temos que resolver isso de forma definitiva, não ficar prorrogando de barrigada em barrigada a desoneração”, afirma o parlamentar.

De acordo com as regras atuais, a desoneração permite às empresas substituírem a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquotas entre 1% e 4,5% da receita bruta.

A limitação aos 17 setores, cria um ambiente de desvantagem competitiva àquelas empresas que ficam de fora, segundo Fonteyne. O parlamentar acredita, no entanto, que não há mais espaço para fazer reformas estruturais no governo Bolsonaro, já que as eleições se aproximam.

Medida paliativa

A desoneração da folha de pagamento passou a valer ainda em 2011, durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), com o objetivo de aumentar o número de trabalhadores formais e prevenir demissões. Mas foi em 2020, durante a pandemia da covid-19, que ela ganhou os moldes em vigor hoje, por meio de uma medida provisória que virou lei, mas apresenta problemas.

Segundo Felipe Queiroz, economista e pesquisador da Unicamp, o contexto agora é outro: há um alto índice de desemprego fruto da omissão do governo quando o assunto é política de geração de empregos. “Por um lado, isso (a desoneração) diminuiu o custo de produção, mas falta ao governo uma política de geração de empregos. A desoneração é uma política paliativa de longo prazo, é preciso ter algo que melhore isso. A participação da indústria no PIB está nos níveis pré Juscelino Kubitschek, e o governo diz que o mercado vai se ajustar”, avalia.

Otto Nogami, professor do Insper, considera a desoneração necessária, mas também avalia que se trata de uma medida tímida para os desafios que o empresariado brasileiro enfrenta. “A primeira questão é que os encargos sociais aqui talvez sejam os mais altos mundialmente. Então o custo da mão de obra na indústria é extremamente elevado e isso tira a competitividade das empresas. Então é importante (desonerar), mas é preciso rever toda a estrutura tributária que incide sobre o trabalho. Acho que é uma lição de casa que deveria ser feita urgentemente pelo governo”, afirma. (IM)